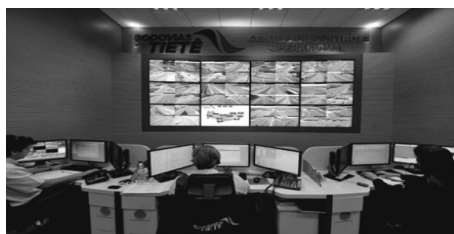




1T17

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br



Relatório da Administração - 31 de março 2017

15 de Maio de 2017 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.- “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do 1º trimestre de 2017.

Apresentação dos Resultados

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de Março de 2017 e 2016 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Conseqüentemente, as presentes informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Principais Obras e Investimentos	Página 15
Responsabilidade Socioambiental	Página 16
Demonstrações Financeiras	Página 17
Relacionamento com o Auditor	Página 21

Nuno Coelho

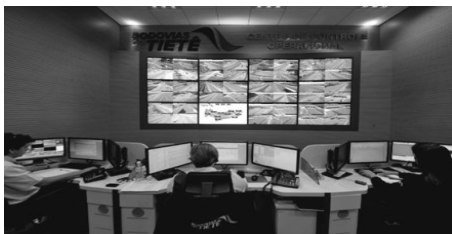
*Diretor Administrativo, Financeiro
e de Relações com Investidores / CFO*

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

Email: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

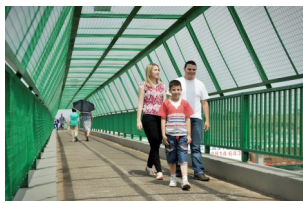
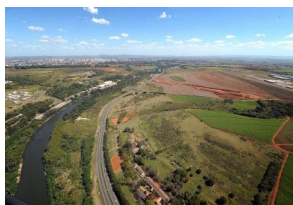
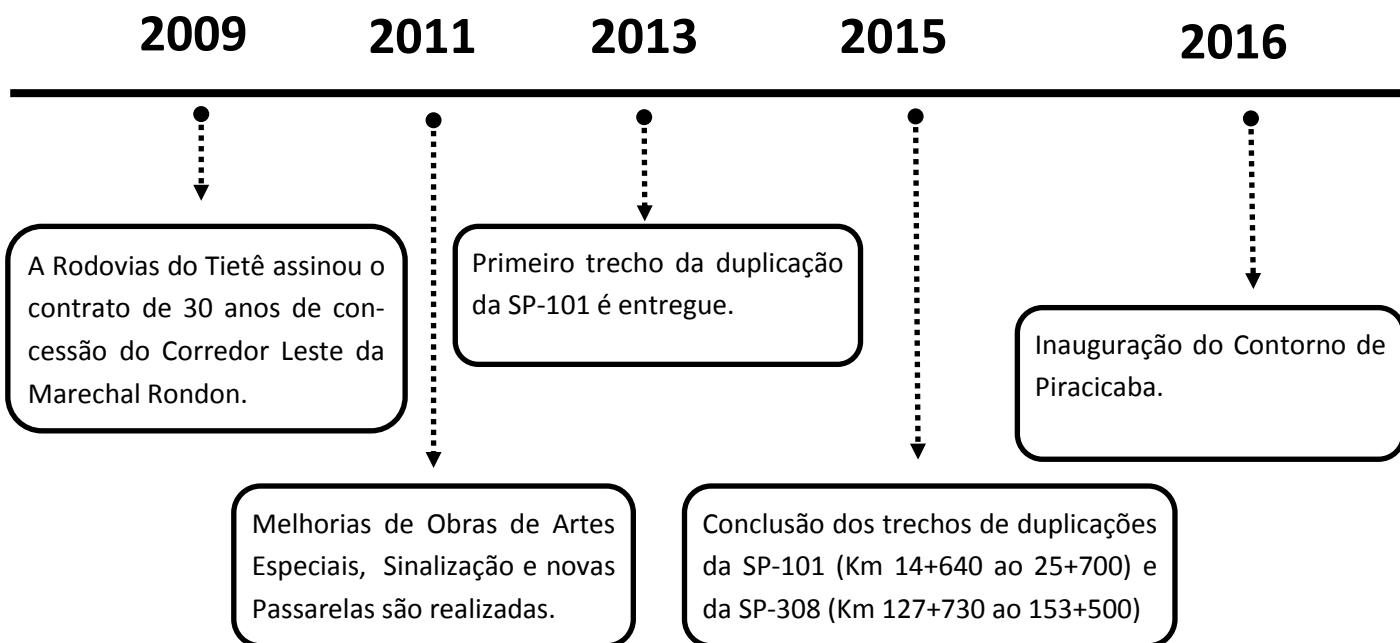


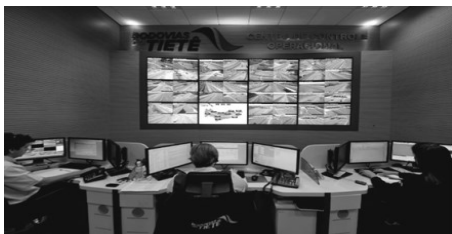
Concessionária

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionarão mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.





Destaques:

Receita

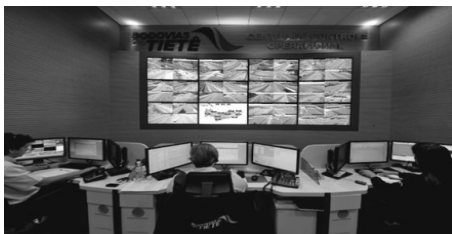
- ✓ R\$ 52 milhões de receita líquida.

Tráfego

- ✓ Aumento de 2,20% no tráfego pedagiado e aumento de 3,94% no tráfego em eixos equivalentes, principalmente pela liberação do acesso na SP-300 por conta da interdição do trecho da Serra de Botucatu causada pelo acidente geológico ocorrido no ano passado.

Obras

- ✓ Melhorias de dispositivos - SP-300; e
- ✓ Recuperação de Pavimento - SP-308.

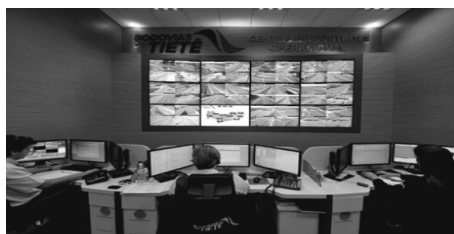


Sumário Executivo

A economia brasileira no primeiro trimestre de 2017 apresentou sinais de recuperação e crescimento. A taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC) fechou em 12,15% a.a em março de 2017, segundo o relatório do COPOM. Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 0,96% no acumulado nos primeiros três meses de 2017. Segundo o relatório Focus do Banco Central do Brasil projetou para o Produto Interno Bruto (PIB) em 31 de março de 2017 um crescimento de 0,47%. O crescimento do PIB, segundo os economistas, é efeito do setor da agropecuária, que vem crescendo pela supersafra de grãos registrada no período.

No primeiro trimestre de 2017 houve um aumento de aproximadamente 2,20% no tráfego de veículos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, esse aumento deve-se, principalmente pela liberação do acesso total na SP-300 no município de Anhembi bloqueado em função do acidente geológico ocorrido em Janeiro de 2016 na Serra de Botucatu, cujas obras foram concluídas no dia 30/09/2016, liberando totalmente a rodovia para tráfego nos dois sentidos.

As principais obras realizadas no primeiro trimestre de 2017 foram a recuperação do pavimento da SP-308 e as melhorias nos dispositivos da SP-300.



Tráfego

No primeiro trimestre de 2017 o volume de tráfego aumentou 2,20% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio sofreu aumento de 1,59%, enquanto comerciais leves e pesados aumentou em 2,57% e 6,62% respectivamente.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2017*	2016*	Variação
Passeio	4.841.968	4.766.128	1,59%
Comercial Leve	811.574	791.211	2,57%
Comercial Pesado	630.369	591.210	6,62%
Total	6.283.911	6.148.549	2,20%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Março.

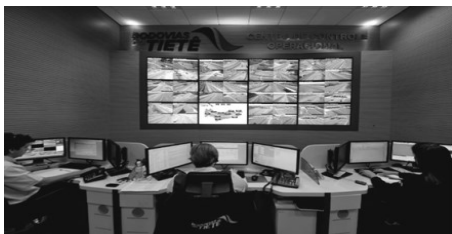
No primeiro trimestre de 2017 o volume de tráfego de eixos equivalentes sofreu aumento de 3,94% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio sofreu aumento de 1,60%, enquanto comerciais leves e pesados aumentou em 2,37% e 7,97% respectivamente.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2017*	2016*	Variação
Passeio	4.767.179	4.692.013	1,60%
Comercial Leve	2.024.457	1.977.564	2,37%
Comercial Pesado	3.758.044	3.480.676	7,97%
Total	10.549.680	10.150.253	3,94%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Março.

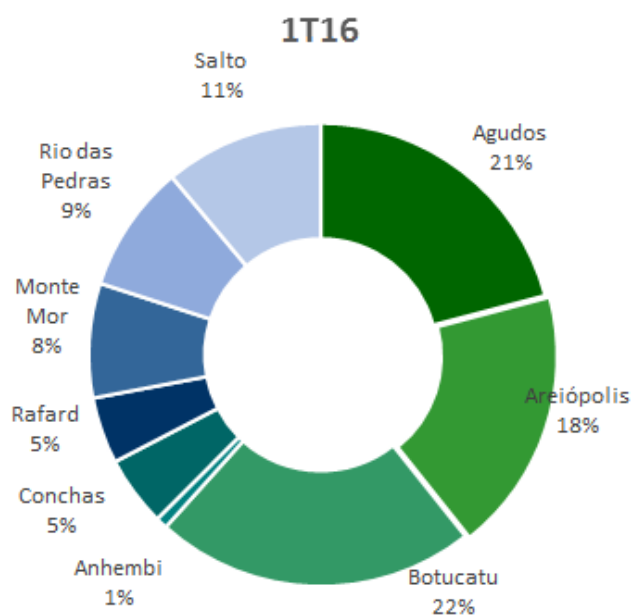
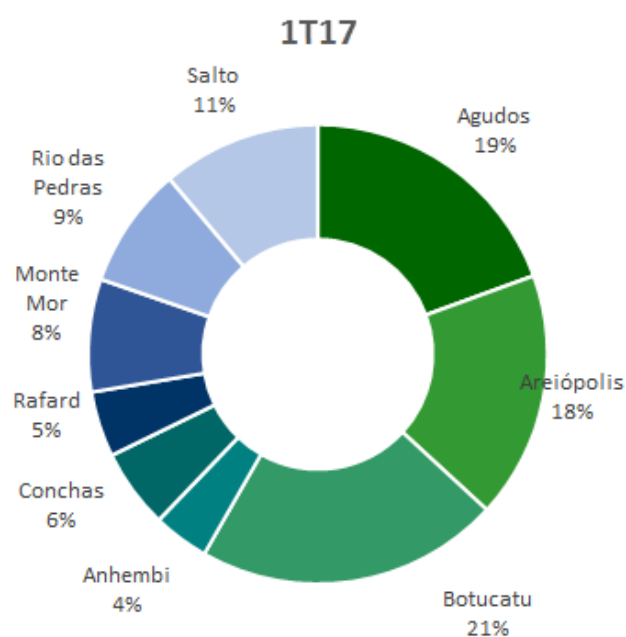
O aumento foi impactado principalmente pela interdição na SP-300 no trecho de Serra, no município de Botucatu em 2016. A Serra ficou fechada de 11/01/2016 a 30/09/2016. O tráfego de veículos leves foi liberado em 31/03/2016 e de veículos pesados em 02/10/2016. A perda de arrecadação do ano anterior foi ressarcida através de sinistro pago pela seguradora em R\$ 11,6 milhões.

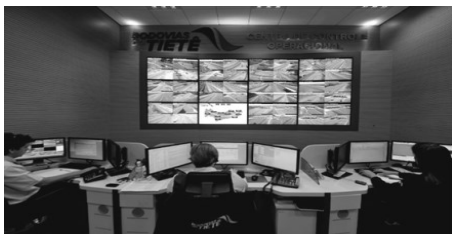


Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Agudos, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 57% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 43% da receita.





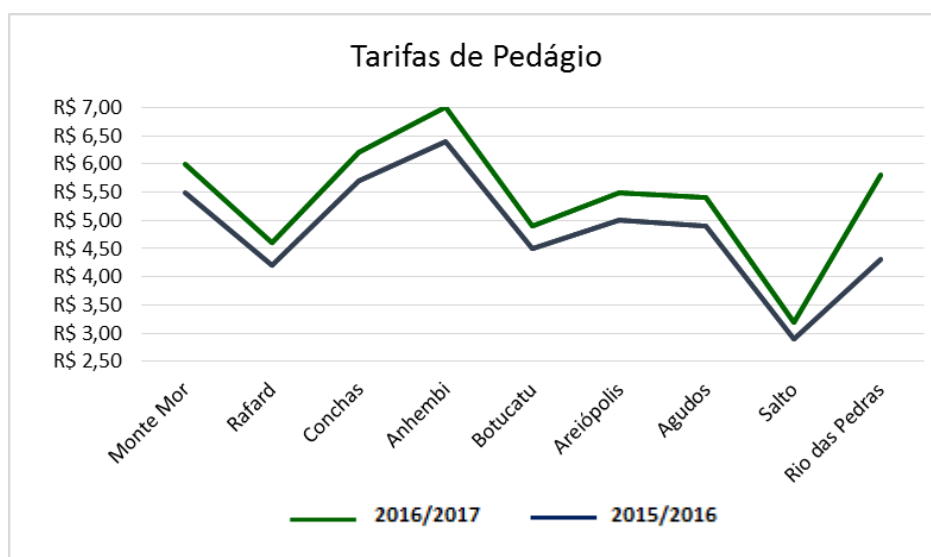
Tráfego

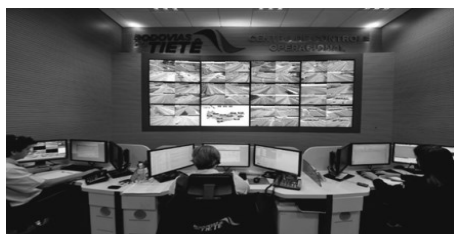
>> Tarifas de Pedágio

Em Julho de 2016 houve reajuste das tarifas de pedágio em 9,32% em linha com o IPCA divulgado pelo IBGE, além da reclassificação tarifária da Praça de Pedágio de Rio das Pedras em função do término da 1ª fase de duplicação da SP-308.

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente é de R\$ 5,40, contra R\$ 4,82 em 2015/2016.

Praça de pedágio	2016/2017	2015/2016
Monte Mor	R\$ 6,00	R\$ 5,50
Rafard	R\$ 4,60	R\$ 4,20
Conchas	R\$ 6,20	R\$ 5,70
Anhembi	R\$ 7,00	R\$ 6,40
Botucatu	R\$ 4,90	R\$ 4,50
Areiópolis	R\$ 5,50	R\$ 5,00
Agudos	R\$ 5,40	R\$ 4,90
Salto	R\$ 3,20	R\$ 2,90
Rio das Pedras	R\$ 5,80	R\$ 4,30
Tarifa Média	R\$ 5,40	R\$ 4,82





Receitas

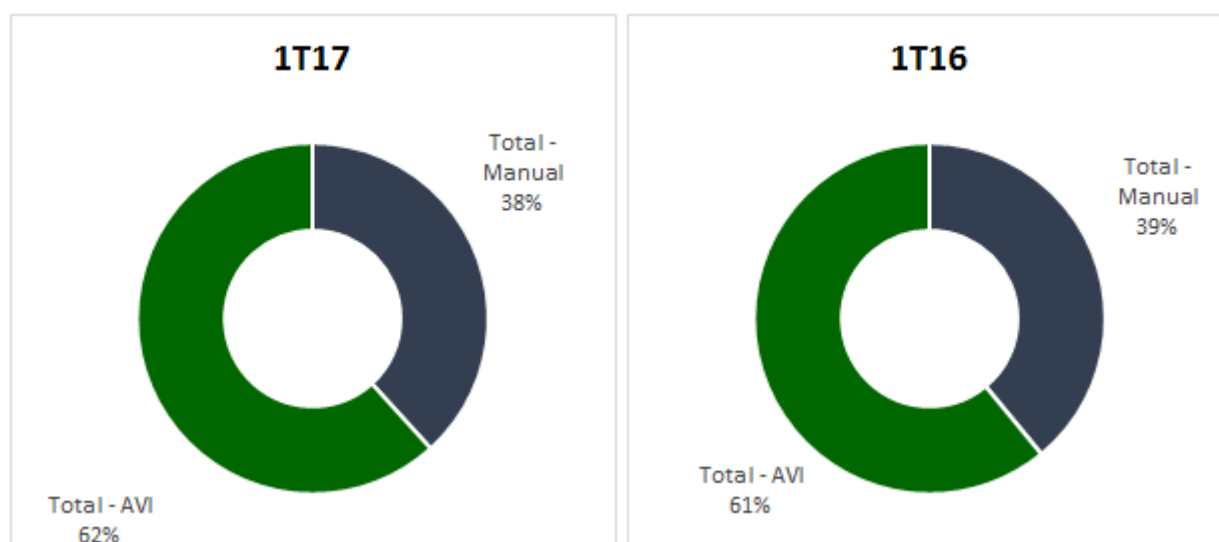
Receitas (em R\$ mil)	2017*	2016*	Varição
Receitas de Pedágio	54.619	46.492	17,48%
Receitas Acessórias	2.059	1.907	7,97%
Impostos sobre Receitas	(5.140)	(4.925)	4,37%
Receitas Operacionais	51.538	43.474	18,55%
Receitas de Construção	8.806	9.941	-11,42%
TOTAL	60.344	53.415	12,97%

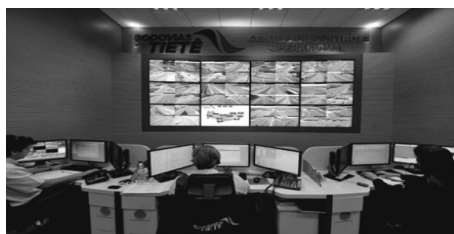
*Saldo acumulado do período de Janeiro à Março.

A Concessionária obteve, no primeiro trimestre de 2017, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 54.619 mil (R\$ 46.492 mil no mesmo período de 2016) e arrecadou R\$ 2.059 mil (R\$ 1.907 mil em 2016 no mesmo período) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS, PIS e CO-FINS totalizando R\$ 5.140 mil no período (R\$ 4.925 mil no mesmo período do ano anterior).

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 8.806 mil de receita de construção contra R\$ 9.941 mil em 2016 com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento





Custos e Despesas Operacionais

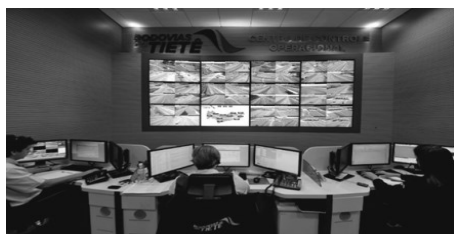
Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e o custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2017*	2016*	Variação
Com pessoal	(5.396)	(4.111)	31,26%
Serviços de terceiros	(1.883)	(1.314)	43,30%
Ônus variável da concessão	(851)	(811)	4,93%
Manutenção e conservação	(10.051)	(10.592)	-5,11%
Seguros e garantias	(633)	(581)	8,95%
Honorários da administração	(653)	(361)	80,89%
Outros	(1.538)	(860)	78,84%
Subtotal	(21.005)	(18.630)	12,75%
Depreciação e amortização	(7.122)	(3.448)	106,55%
Custo dos serviços de construção	(8.772)	(9.941)	-11,76%
Serviços de manutenção em rodovias	(6.085)	(9.253)	-34,24%
Total	(42.984)	(41.272)	4,15%

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Março.

No primeiro trimestre de 2017, houve aumento de 12,75% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 18.630 mil em 2016 para R\$ 21.005 mil em 2017. As principais variações foram:

- ⇒ Com pessoal: Aumento em função do pagamento de Participações no Lucros ou Resultados (PLR) do exercício de 2015 revertida provisão em 2016 e paga em 2017;
- ⇒ Serviços de terceiros: Honorários advocatícios relacionados aos depósitos de discussões trabalhistas (ver nota explicativa 12.a);
- ⇒ Honorários da administração: Aumento em função do pagamento de Participações no Lucros ou Resultados (PLR) do exercício de 2015 revertida provisão em 2016 e paga em 2017;
- ⇒ Outros: Em análise; e
- ⇒ Depreciação e amortização: Conclusão das obras de Contorno de Piracicaba.



EBITDA e MARGEM EBITDA

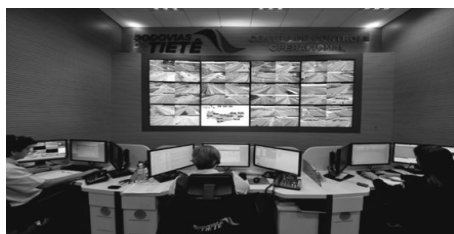
O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	2017*	2016*	Varição
Resultado Líquido do Período	(13.693)	(27.989)	-51,08%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(6.743)	(13.274)	-49,20%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	37.921	59.107	-35,84%
(+/-) Depreciação e Amortização	7.122	3.448	106,55%
EBITDA	24.607	21.292	15,57%
(+/-) Provisão para Manutenções Futuras	6.085	9.253	-34,24%
EBITDA AJUSTADO (a)	30.692	30.545	0,48%
Receitas Operacionais (b)	51.538	43.474	18,55%
MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)	59,55%	70,26%	10,71 p.p

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Março.

No primeiro trimestre, houve aumento de 0,48% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 30.545 mil no primeiro trimestre de 2016 para R\$ 30.692 mil no mesmo período em 2017, principalmente pelas variações nos custos operacionais, detalhados na página anterior.

Já a margem EBITDA teve um aumento de 10,71 p.p., resultado do maior EBITDA.



Resultado Financeiro

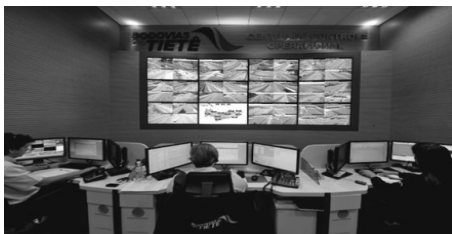
O resultado financeiro do primeiro trimestre de 2017, comparado ao mesmo período de 2016, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2017*	2016*	Variação
Debêntures	(41.369)	(63.044)	-34,38%
Mútuo	(3.904)	(3.431)	13,79%
Outras Despesas Financeiras	(1.389)	(737)	88,47%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(46.662)	(67.212)	-30,57%
Receitas Financeiras	8.741	8.105	7,85%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(37.921)	(59.107)	-35,84%

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Março.

No primeiro trimestre de 2017 houve redução de 35,84% no resultado financeiro que passou de menos R\$ 59.107 mil no primeiro trimestre de 2016 para menos R\$ 37.921 mil no mesmo período em 2017. As principais variações foram:

- ⇒ Debêntures: Menor IPCA incidente sobre o principal;
- ⇒ Juros linha de crédito Itaú: O valor total capitado foi amortizado ainda no primeiro trimestre de 2017;
- ⇒ Receitas Financeiras: Atualização de impostos a recuperar pela SELIC.



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

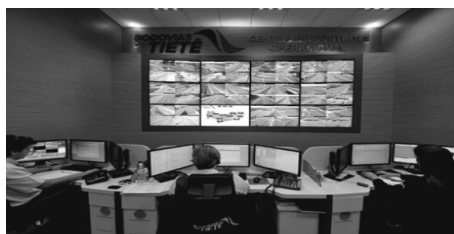
As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da U.S. Securities Act of 1933 para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na Regulation S, editada pela SEC no âmbito do Securities Act.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e o prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros são pagos semestralmente. Já foram realizados cinco pagamentos, em 15 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 43.653 mil, em 15 de junho de 2014, no montante de R\$ 43.365 mil, em 15 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 46.517 mil, em 15 de junho de 2015, no montante de R\$ 46.650 mil, em 14 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 50.981 mil, em 14 de junho de 2016, no montante de R\$ 51.851 mil e em 14 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 54.109 mil.



Debêntures - (continuação)

Em 18 de Dezembro de 2015 foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) para deliberar sobre a dispensa do cumprimento dos seguintes Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão:

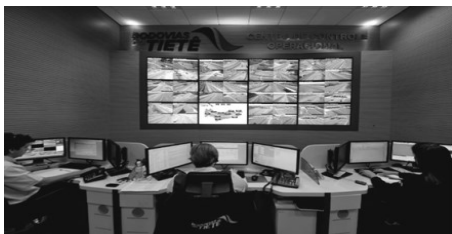
- i) Índice de Cobertura do Serviços da Dívida (“ICSD”), conforme fórmula descrita no Anexo I da Escritura, para os seguintes períodos: (a) o período findo em 30 de junho de 2016; e (b) o período findo em 31 de dezembro de 2016; e
- ii) Relação entre Dívida Financeira (conforme definido na Escritura) e Capital Total (conforme definido na Escritura), para os seguintes períodos: (a) o período findo em 31 de dezembro de 2015; (b) o período findo em 30 de junho de 2016; e (c) o período findo em 31 de dezembro de 2016.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016 foram aprovados os seguintes condicionantes:

- i) Da relação entre Dívida Financeira e Capital Total em até 90/10; e
- ii) Do ICSD igual ou superior a 1,0 (um inteiro), conforme a fórmula descrita no Anexo I da Escritura de Emissão.

Além disso, a Companhia pagou aos titulares das Debêntures um prêmio flat de 0,55% sobre o saldo do valor nominal unitário atualizado na data de realização da AGD.

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34



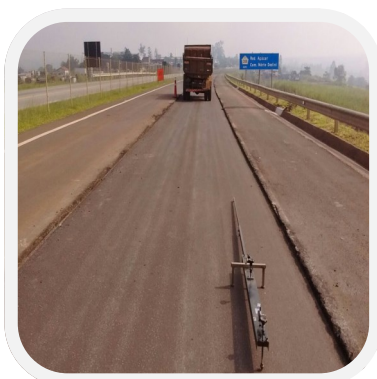
Obras e Investimentos

Melhorias de Dispositivos - SP-300

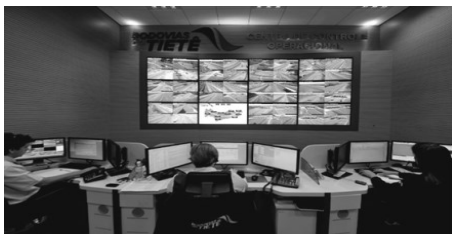


Melhoria de 20 dispositivos na SP-300. O custo total estimado até o fim das obras é de R\$ 8,3 milhões e o custo já incorrido até março de 2017 foi de R\$ 4,2 milhões.

Recuperação de Pavimento - SP-308



Houve restauro do pavimento da rodovia SP-308, entre os quilômetros 127 ao 153, no sentido Norte. A obra em questão passou pela fresagem da faixa 02, ao longo dos 25 quilômetros, e a respectiva recomposição foi feita através de pavimento invertido com revestimento asfáltico, base granular e sub-base cimentada. Para isso foi necessário executar um desvio de todo o tráfego para a pista Sul em segmentos de 5 km, proporcionando, excelentes condições de segurança tanto para o usuário como para os profissionais de obra. O custo total estimado da obra é de R\$ 20,4 milhões e o custo incorrido foi de R\$ 6,8 milhões.



Responsabilidade Socioambiental

Campanha



Foram realizadas campanhas de “Mutirão contra a Dengue” em parceria com a empresa ELO Construções e Instalações. As campanhas promoveram a limpeza e a retirada de entulhos, como também a população foi orientada como evitar o aparecimento de criadouros do mosquito transmissor da dengue.

Café na Passarela



O Café na Passarela possui duas edições a cada mês, e tem como objetivo orientar e incentivar os pedestres a utilizarem a passarela, e ressaltar os motivos de segurança. Os usuários foram conscientizados pela Concessionária com o apoio da Artesp, sobre a importância do uso da passarela na travessia, como forma de garantir a sua própria segurança e de seus familiares.

Doações

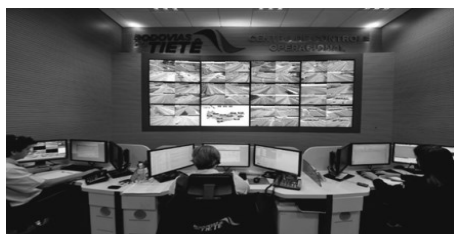


Câmeras de monitoramento foram doadas para as prefeituras dos municípios de Monte Mor e Capivari. Câmeras que não são mais utilizadas são destinadas para a doação. As câmeras foram entregues para os prefeitos Thiago Assis do município de Monte Mor e Rodrigo Proença do município de Capivari.

Projeto Abrace o Trânsito #Escola

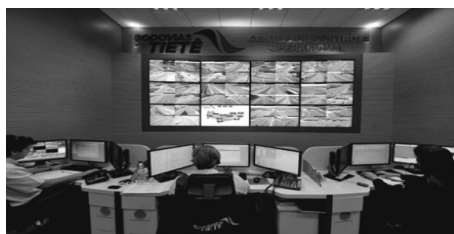


O Projeto Escola visa instruir as crianças no bom comportamento no trânsito, com dicas, vídeos educativos e orientações sobre os perigos no trânsito. O Abrace o trânsito promove uma manhã lúdica com apresentação de vídeos do Denatran, palestras de orientação, simulação de resgate e visita ao Centro de Controle Operacional da Concessionária. Parte das escolas dos municípios de Salto, Elias Fausto e Capivari foram beneficiadas com o programa.



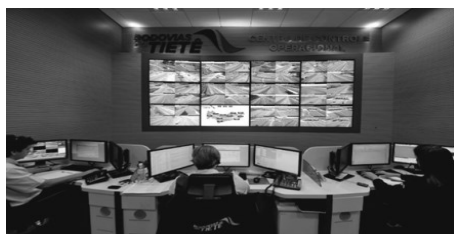
Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	31/03/2017	31/12/2016
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	8.687	1.680
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	8.538	600
Contas a receber (Nota 6)	18.013	16.715
Despesas Antecipadas	1.251	1.645
Impostos a recuperar (Nota 7)	9.422	9.433
Outros ativos	4.920	906
	50.831	30.979
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	234.283	234.281
Tributos a recuperar (Nota 7)	13.485	16.075
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8.a)	125.978	119.235
Despesas antecipadas	216	263
Depósitos judiciais (Nota 12)	24.071	23.170
Outros ativos	4.199	4.200
Imobilizado (Nota 09)	10.677	11.059
Intangível (Nota 10)	1.157.579	1.153.969
	1.570.488	1.562.252
Total do ativo	1.621.319	1.593.231



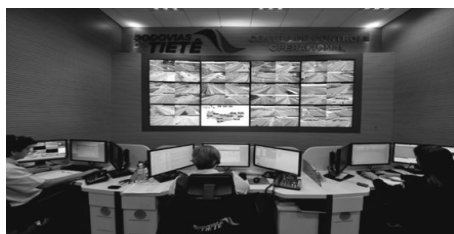
Balanço Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	31/03/2017	31/12/2016
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	15.780	24.879
Debêntures (Nota 13)	35.591	14.076
Credor pela concessão	309	719
Obrigações tributárias	2.439	2.921
Obrigações trabalhistas	3.271	3.296
Provisões (Nota 12)	1.834	1.787
Outros passivos	246	427
	59.470	48.105
Não circulante		
Provisões (Nota 12)	100.000	93.285
Debêntures (Nota 13)	1.318.255	1.298.401
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 11.b)	93.124	89.220
Outros passivos	1.956	2.013
	1.513.335	1.482.919
Total do passivo	1.572.805	1.531.024
Patrimônio líquido (Nota 14)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(255.064)	(241.371)
Total do patrimônio líquido	48.514	62.207
Total do passivo e patrimônio líquido	1.621.319	1.593.231



Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	31/03/2017	31/03/2016
Receita operacional líquida (Nota 15)	60.344	53.415
Custos dos serviços prestados (Nota 16)	(38.940)	(40.605)
Lucro bruto	21.404	12.810
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 16)	(4.044)	(667)
Outras receitas operacionais, líquidas	125	5.701
	(3.919)	5.034
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	17.485	17.844
Despesas financeiras (Nota 17)	(46.662)	(67.212)
Receitas financeiras (Nota 17)	8.741	8.105
	(37.921)	(59.107)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(20.436)	(41.263)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8.b)	6.743	13.274
Prejuízo do período	(13.693)	(27.989)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 19)	(0,000451)	(0,000922)



Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	31/03/2017	31/03/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(13.693)	(27.989)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	(6.743)	(13.274)
Depreciação e amortização (Nota 16)	7.122	3.448
Variação monetária e reversão do AVP s/ provisão para investimentos em rodovias (Nota 12)	677	134
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias e empréstimos (Nota 17)	41.369	63.251
Rendimento de aplicações financeiras	(7.938)	(6.970)
Perda na baixa de ativo imobilizado (Nota 9)	-	108
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 17)	3.904	3.431
Provisão para manutenção em rodovias (Nota 12.c)	6.085	9.253
	30.783	31.392
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	(1.298)	(498)
Despesas antecipadas	440	333
Tributos a recuperar	2.601	(6)
Depósitos judiciais	(902)	-
Outros ativos	(4.015)	(9.470)
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	(9.099)	(3.706)
Credor pela concessão - ônus variável	(410)	55
Obrigações tributárias	(482)	220
Obrigações trabalhistas	(25)	645
Outros passivos	(237)	(79)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	17.356	18.886
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	-	-
Resgate de aplicações financeiras	-	-
Investimentos no ativo imobilizado (Nota 9)	(21)	(662)
Investimentos no ativo intangível (Nota 10)	(10.328)	(12.291)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(10.349)	(12.953)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	-
Pagamento de juros sobre notas promissórias, financiamentos e debêntures	-	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	-	-
Decréscimo (acréscimo) líquido do caixa e equivalente de caixa	7.007	5.933
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.680	39.512
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	8.687	45.445



Relacionamento com o Auditor

No período findo em 31/03/2017, a Concessionária contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) para a realização de outros trabalhos relacionados a compliance, mas que não afetaram a independência e objetividade da PwC para revisar as informações trimestrais (ITRs) relativas ao primeiro trimestre de 2017.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.